

FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE¹

Francisco Miraglia Neto²

Fábio Durand/USP Imagens



O uso plural de “saber” é tão necessário hoje quanto ontem. Basta lembrar o desrespeito e a desqualificação com que são tratados todos aqueles que discordam da ladainha neoliberal. Penso ser uma questão política e estratégica importante a internalização, por parte de uma parcela significativa dos membros da universidade, da ideia de que o projeto e concepção de universidade que tenta se impor, produtivista e empresarial, é inevitável: “O mundo ficou assim mesmo”. Rejeito, energeticamente, qualquer concepção stakanovista ou taylorista do trabalho intelectual ou da universidade

Ao debatermos o tema “Financiamento da Universidade”, julgo importante, antes, buscarmos respostas ao seguinte questionamento: desenvolvemos, de fato, a capacidade de produzir saberes fundamentais e aplicados? Ao focar a questão do ponto de vista dos saberes, penso ser mais fácil identificar a articulação entre os trabalhos intelectuais que dão origem aos saberes fundamentais e aplicados. Além disso, em todas as áreas de atividade acadêmica — matemáticos, físicos, filósofos, sociólogos, antropólogos, economistas, psicólogos, engenheiros, etc. — existem pessoas cujo trabalho intelectual é mais voltado para um ou outro desses aspectos: o fundamental ou básico e o aplicado.

O trabalho intelectual produz articulações de categorias, conceitos, ideias e noções — que pretendemos ter a ver com o mundo em que vivemos — e que servem de matéria-prima para os saberes. Um saber é constituído no domínio do público, no debate que se dá no interior da sociedade, que subsiste num certo tempo histórico, com uma certa organização social e com um certo modo de produção econômico. Assim, a terra já foi chata e centro do universo.

A importância do plural — saberes — está em registrar que o que hoje consideramos óbvio (a terra não é chata, não é o centro do universo) existia como proposta de concepção na época em que o “saber oficial” determinava — por razões que bem conhecemos — o contrário. Ou seja: os paradigmas que norteiam o “correto” ou “verdadeiro” sofrem influência decisiva de condições de contorno de natureza social, cultural

e econômica. O uso plural de “saber” é tão necessário hoje quanto ontem. Basta lembrar o desrespeito e a desqualificação com que são tratados, pelo governo e pelos meios de comunicação, todos aqueles que discordam da ladainha neoliberal que assola o país. Embora eu esteja sempre disposto a resistir à monotonia e à mistificação do “já sabemos tudo”, é inegável que este procedimento está presente também na universidade. Além disso, penso ser uma questão política e estratégica importante a internalização, por parte de uma parcela significativa dos membros da universidade, da ideia de que o projeto e concepção de universidade que tenta se impor, produtivista e empresarial, é inevitável: o mundo ficou assim mesmo. Rejeito, energeticamente, qualquer concepção stakhanovista ou taylorista do trabalho intelectual ou da universidade.

Frequentemente, as condições de contorno sociais, culturais, políticas e econômicas, que são decisivas para o estabelecimento de saberes, mas desqualificadas por alguns como “políticas”, são tratadas como se nada tivessem a ver com a constituição de saberes. Na melhor das hipóteses, isto é um equívoco teórico e de compreensão da *praxis*. Mais frequentemente, trata-se apenas de um recurso político para retirar do trabalho intelectual algumas de suas características mais importantes: rigor, crítica, impulso de autodeterminação e percepção do contexto histórico, social, econômico e cultural dentro do qual se exerce.

Não há diferença entre o trabalho intelectual e social que origina saberes fundamentais e aplicados.

As características básicas mencionadas acima são tão necessárias em um quanto no outro, seja na prática individual, seja na elaboração social que os constitui.

Os saberes aplicados transformam saberes básicos em métodos, processos, políticas — no sentido de *policies*, diretrizes de ação — e objetos que são apropriados de maneira diferenciada dentro de uma sociedade. Isto gera conflitos e problemas, que passam a fazer parte da agenda do trabalho intelectual que origina saberes fundamentais, que por sua vez geram reflexão para constituir saber aplicado, num ir e vir constante, que reforça e alimenta ambas as atividades. Como não podia deixar de ser, este movimento e todas as suas etapas estão sujeitos às mesmas condições de contorno descritas acima.

No entanto, no caso dos saberes aplicados é mais fácil fazer uma pergunta fundamental: “para quem serve?”. Entender o modo como os saberes básicos e aplicados se constituem, representando em geral os interesses de “progresso” da parcela socialmente dominante, não significa aceitar que os processos, métodos, políticas e objetos assim produzidos são para o bem de todos. Embora o contrário seja repetido constantemente, que eles são para o bem comum, é um fato corriqueiro que não o são. O que mostra que é perfeitamente possível fazer declarações obviamente contrafactuais, exaustiva e impunemente.

Os saberes básicos e aplicados se constituem de forma articulada, vicejam num mesmo ambiente. São árvore, flor e fruto do mesmo ecossistema social, cultural e econômico.

Priscas eras, quando a descoberta de um transformava-se na mão de outro e tempos depois, em aplicação. Hoje, quem não tiver a capacidade de constituir os dois fica sem nenhum.

A ideia de que as sedes do capitalismo irão financiar a produção de conhecimento básico — que irá se constituir em um saber fruto do seu poder econômico e político — enquanto que Brasis, América, África e Ásia afora, conseguirão transformar este conhecimento em aplicações novas e valiosas, é, na melhor das hipóteses, um grave equívoco.

É absolutamente necessário, para reverter as condições indignas em que foi colocada a esmagadora maioria da população brasileira, que seja implantada uma política de desenvolvimento que permita o crescimento acelerado da nossa capacidade de constituir, articuladamente, saberes básicos e aplicados.

Não há atalhos para construir o ambiente onde prospere o desenvolvimento articulado de saberes fundamentais e aplicados: 10% do PIB para educação e ao menos 2% do PIB para desenvolvimento científico e tecnológico. E isso durante décadas

Dois exemplos, tirados da história recente dos EUA, podem ilustrar este ponto:

1) a corrida aos cientistas europeus, para popular as universidades dos EUA, depois da 2ª Guerra Mundial;

2) em 1996, o Congresso dos EUA discutia se mantinha, diminuía ou ampliava o financiamento público da pesquisa básica. A inclinação a diminuir gastos fazia com que a proposta de corte, velha conhecida nossa, aparecesse como a mais provável de passar. No dia 16 de fevereiro de 1996, foi publicado no *Washington Post* um manifesto defendendo, energeticamente, o financiamento público da pesquisa básica, sob ameaça de comprometer o “*american way of life*”. Era assinado pelos CEO (*chief executive officer*) de 21 das maiores multinacionais do planeta. Os argumentos não poderiam ser mais claros: embora reconhecendo que pesquisa básica e aplicada vão juntas, registravam que uma corporação precisa dar lucro e não tem como “arriscar” dinheiro em pesquisa básica, que não tem tempo garantido para apresentar resultados. Esta responsabilidade, estratégica e central, era do Estado.

O Brasil não é sede de interesse de nenhuma empresa de grande porte para montar centros de pesquisa financiados por capital privado. Além disso, a parcela de capital privado destinada à pesquisa básica continuará insignificante ou inexistente. Portanto, os instrumentos básicos de construção de uma política de independência na produção de saberes básicos e aplicados, de desenvolvimento em grande escala da pesquisa básica, das humanidades e da pesquisa aplicada são as escolas públicas de 1º e 2º graus e as universidades públicas.

É claro que precisamos também de melhores condições de vida, saúde e trabalho para todos, juntamente com escolas públicas, gratuitas, de qualidade e com acesso garantido para todos. As universidades públicas devem ser centros de integração do ensino, da pesquisa e da extensão. Ou seja: da divulgação e discussão crítica de saberes, da produção crítica de saberes básicos e aplicados em todas as áreas e de articulação entre saberes. Não precisamos de escolões de terceiro grau, nem de balcões de vendas de serviços ou adaptações tecnológicas, algumas vezes usados como eufemismo para “extensão”.

Não há atalhos para construção do ambiente onde possa prosperar o desenvolvimento articulado de saberes fundamentais e aplicados: 10% do PIB para educação e ao menos 2% do PIB para desenvolvimento científico e tecnológico. E isso durante várias décadas. Como isto é um programa estratégico, podemos começar por não destruir — ou melhor reconstruir — a estrutura de trabalho intelectual fundamental e aplicado já instalada. Este programa inclui as seguintes providências: a) o tempo integral com dedicação exclusiva deve ser, em todas as áreas, o regime fundamental de trabalho na universidade. Deve ter remuneração compatível com esta perspectiva; e b) a instituição universidade tem de combater, pública e energeticamente, a perspectiva de arrocho de verbas para todos os níveis de atividade educacional, acadêmica e de pesquisa, incluindo o 1º e 2º graus.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para registrar, mais uma vez, que o problema não é falta

de dinheiro, mas de vontade política de ver o Brasil resolver as suas profundas desigualdades sociais e econômicas, mantendo os privilégios característicos da elite dominante. O PIB brasileiro é cerca de 750 bilhões de dólares anuais. O PIB de São Paulo é cerca de 300 bilhões de dólares anuais. A arrecadação global de impostos raramente atinge 25% do PIB, quando em países organizados — alguns dos quais são modelos na retórica do governo — é tipicamente cerca de 50% do PIB.

Em São Paulo, o orçamento do Estado é cerca de 10% do PIB paulista. Do ICMS e IPI pagos pela população, 50% são sonegados. Apropriação indébita, sem problemas e sem vergonhas.

No lugar de uma estrutura tribu-

tária baseada em um imposto progressivo sobre a renda, temos uma estrutura tributária baseada em impostos indiretos, na qual o imposto pago independe da renda do consumidor. Que é, depois, sonegado.... A reforma tributária que um dia será discutida no Congresso Nacional, mantém tudo como está. Exceto é claro, pelo fato de que o governo está propondo reverter a perspectiva distributiva da Constituição de 1988, aumentando a parte do governo federal e diminuindo a dos estados e municípios.³

Sem falar no dinheiro para salvar a incompetência e ganância de banqueiros, ou na dívida externa brasileira, que era privada, mas se tornou pública por obra do privatista Delfim Netto.

Já não era hora de a instituição universidade pública entrar nesta briga, em defesa de quem, na realidade, a sustenta? Reconhecer que a universidade não está nem acima, nem além, nem pode ser vacinada contra a política seria um passo importante. Mais importante ainda seria mostrar a sua responsabilidade para com todos os membros da sociedade na qual está inserida.

Já não era hora de termos reitores que possuíssem liderança para estimular a instituição universitária a contribuir, política e intelectualmente, para um projeto de desenvolvimento dos saberes básicos e aplicados, tão importantes para superar a opressiva desigualdade social com a qual convivemos cotidianamente?

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 11, de outubro de 1997, no contexto de mais um processo sucessório na Reitoria da USP.
- 2 O autor é professor titular sênior e Professor Emérito do Instituto de Matemática e Estatística (IME) e ex-presidente da Adusp (1987-1989).
- 3 Uma reforma tributária foi finalmente aprovada pelo governo Lula em 2024 e deverá entrar em vigor em 2026, com reflexos sobre o financiamento das universidades estaduais paulistas, uma vez que o ICMS será gradualmente extinto até 2033 e substituído pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A proposta do Fórum das Seis é de que o atual modelo de financiamento — repasse anual, em parcelas mensais, de 9,57% da Quota-Parte Estadual do ICMS (cabendo à USP 5,07%) — seja substituído por outro, baseado no sistema de financiamento da Fapesp (1% do total do produto da receita tributária líquida do Estado-RTL). Assim, seria anualmente destinado à USP, Unesp e Unicamp o montante de 8,64% do total do produto da RTL. No entanto, as questões de fundo da tributação permanecem: além da sonegação consentida, há o impacto das desonerações fiscais. A Lei de Diretrizes Orçamentárias-2026 autoriza o Estado a abrir mão de R\$ 78,7 bilhões de ICMS, em benefício de grandes grupos empresariais.